



Moedas complementares, bancos comunitários e o futuro que podemos construir

A crise que atravessamos na atualidade tem algumas particularidades que nos fazem ser otimistas. De qualquer forma, não há tempo para sermos pessimistas se pretendemos ser responsáveis – ainda que parcialmente – pelo futuro das novas gerações.

1. Sobre crises e paradigmas: um novo sistema operativo social?

Nosso otimismo vem da constatação de que a crise atual é global: econômica, política e moral, para definir alguns aspectos fácil e universalmente constatáveis, desde o âmbito local até o nacional e estendida ao conjunto da comunidade de nações ricas ou pobres. E também diante da evidência de que, nas últimas seis décadas, dentro do sistema vigente, nenhuma das tentativas de enfrentá-la ou mesmo de atenuá-la teve êxito.

Como se sabe a respeito das crises de paradigma científico, segundo o clássico de Thomas Kuhn¹, estaríamos saindo de uma etapa de ciência normal, razão pela qual deveríamos poder entrar com urgência na correspondente etapa revolucionária, na qual é necessário embaralhar as cartas antes de torná-las tribuladas para compreender e refazer o jogo social.

Se estamos saindo de uma etapa normal em que a política foi regida pela economia e esta, pela física newtoniana, apoiados na multiplicidade de fenômenos a que estamos assistindo nas últimas duas décadas, podemos propor que a drástica da economia deve ser radicalmente substituída por outra que esteja livre de seu pecado original: pensar as relações sociais em função de um mercado construído com a escassez como condição de base e motor da economia.

“É bom fazer dívida para a gente se mexer”.

Emprestar dinheiro para investir na loja de roupas no comunidade do Ancuri, já um tanto distante do Conjunto Palmeira, faz parte da organização da rotina dessa senhora que trabalha em uma pousada à beira da BR 116 e de lá tira parte da renda da família, complementada pelo trabalho da filha. Na garagem, uma pequena loja com itens de vestimenta e cosméticos, que gira com investimento do empréstimo do Banco Palmas. Quando pedimos para ela explicar sua afirmação, entendemos que o compromisso de pagar o banco a faz organizar sua própria rotina.

Regiane Câmara Nigro
Psicóloga e pesquisadora

Bernard Lietaer

Pesquisador na Universidade da Califórnia e Prof. visitante da Universidade de Finanças, da Federação Russa.

Heloise Primavera

Professora da Universidade de Buenos Aires e assessora do Lab. de Inovação – Programa Conectar Igualdad /ANSES.

1 Kuhn, Thomas. (1962). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 9ª ed., 2006.



Escassez de recursos, hoje, não existe. Escassez de dinheiro instrumento -, tampouco, se incluímos as variadas formas de moedas complementares em múltiplos arranjos sociais que já estão acontecendo. Por isso, nessa auspiciosa ocasião de comemorar os quinze anos de vida do Banco Palmas - marco indistinctível desse novo paradigma - esperamos que as considerações que faremos a seguir tenham ressonância e eficiência.

Ainda que pareça utópico frente às notícias globais que repetem até ao cansaço descrições de crises sucessivas, nas quais o dinheiro está sempre no centro, sabemos que hoje podemos ter abundância do que necessitamos para assegurar dignas condições de vida para todos os seres humanos em harmonia com a natureza. Devemos, talvez, para não cair logo no descrédito dos leitores, referir-mo-nos à abundância sustentável ou suficiente, para afastarmo-nos da ideia de abundância como excesso de tudo, ideia corrente, aliás.

Essa mudança de paradigma deve, necessariamente, envolver o *fenômeno social do dinheiro*, já que a situação atual foi alcançada com sua inegável colaboração, se não por sua causa permanente. Quando introduzimos aqui o dinheiro como fenômeno social e não somente como sistema monetário ou como a própria economia é porque acreditamos que só quando essa ideia dominou é que apareceram soluções à raiz do problema, as quais poderiam transformar-se em sustentáveis.

Se no paradigma normal a economia e o dinheiro estiveram sempre a favor da concentração da riqueza, isso se fez graças a algumas estratégias muito eficientes que não puderam até o presente ser compreendidas e enfrentadas como partes integradas do sistema monetário, econômico e político vigente:

- a geração de *dívidas externas* exponenciais, a partir do endividamento de países empobrecidos, através de empréstimos privados que eram depois nacionalizados, recaindo o pagamento interminável do capital e de arbitrários juros bancários sobre o conjunto da população;
- a concentração de enormes massas monetárias em *fundos de pensão* dos setores mais ricos dos países empobrecidos, desviando-as da economia real, a qual se tornou órfã dos recursos gerados por ela mesma;
- a consagração de distintos formatos de *refúgios fiscais* paralisantes da economia, que fecham o círculo vicioso da concentração de dinheiro que arrasta à concentração da riqueza, apesar de que ambas não são equivalentes.

Na segunda metade do século XX, precisamente a partir dos anos setenta, começam a se organizar respostas que envolvem mudanças na forma de pensar o dinheiro e o crédito: nascem os primeiros sistemas de *microcrédito* com vocação massiva, ainda dentro do paradigma convencional, com a inclusão dos juros como fato não questionável. Mas a partir dos anos 80, começam a surgir no Canadá os primeiros LETS - Sistemas de Moedas Complementares Organizados, que logo se difundiriam e se transformariam em países de ambos os hemisférios. E também nessa década que o Brasil começa a experimentar com êxito o *organismo participativo*, cujo modelo Porto Alegre é outro claro exemplo de alteração profunda da gestão dos fundos públicos com a interferência decisiva da cidadania. Mas foi nos anos 90 que começaram a se multiplicar as experiências de moedas complementares denominadas sociais, por serem produzidas e geridas pelas próprias comunidades de usuários. No final dessa década, aparecem no Brasil as primeiras iniciativas de moedas sociais autônomas (clubes de troca), as quais ainda persistem, mesmo sem alcançar as cifras que se deram na Argentina. As iniciativas de *moedas sociais* que aqui se desenvolveram com vigor e perspectivas diferentes foram os bancos comunitários, apoiados pelo poder público, e os circuitos culturais independentes, em plena expansão.

Acabamos de propor uma tríplice do círculo virtuoso de distribuição da riqueza para enfrentar o anterior círculo vicioso, perverso concentrador da riqueza, gerador de desigualdades sociais crescentes e ameaçador do equilíbrio último do ecossistema planetário, que é natural e social.

Apesar da recorrência permanente das crises monetárias, parece difícil abandonar a ideia de que o dinheiro é o que é e não pode ser outra coisa.

Sabemos que esse conceito já foi contestado na década de 30, quando aconteceu a primeira crise global que afetou o Ocidente. Pensamos especialmente em dois casos, ambos paradigmáticos, o da moeda oxidável de Wörgl¹, na Áustria, que reduziu o desemprego em 25% em dois anos, e também no sistema WIR², na Suíça, onde em 1934 um conjunto de 17 pequenas empresas criou uma moeda complementar com a qual podiam negociar entre si e que as ajudou a enfrentar a grande depressão. Mais ainda, segundo estudos recentes,

1 Wörgl: moeda oxidável. Lietzer, B. (2013). In *O futuro do dinheiro*. Como criar nova riqueza, trabalho e um mundo mais sensato. São Paulo: Cultrix (no prelo).

2 WIR: moeda cooperativa. Lietzer, B. (2013). In *Op. Cit.*

esse fenômeno contracíclico parece ter contribuído significativamente para a construção da legendária estabilidade da economia suíça¹

Se a primeira moeda desapareceu por decisão de um banco central zeloso de suas funções, que não permitiu que outras cidades na Áustria usassem o mesmo sistema, findando a experiência, a segunda continuou e persiste, mesmo tendo se transformado em banco, que hoje opera com duas moedas e alcança mais de 70 mil pequenas empresas, permitindo empréstimos em Wir sem juros, uso corrente em cartão de débito e compras que podem chegar até a apartamentos e carros, novos ou usados, segundo as negociações dos próprios usuários.

Seus protagonistas e condições de possibilidade: pequenas empresas, setores da classe média envolvidos no processo e uma Constituição nacional favorável à mudança. Quando a moeda oficial se torna escassa, os WIR são mais solicitados; quando há suficiente liquidez, diminui sua circulação. Hoje, os saldos das contas estão consignados em contas separadas, em francos suíços e em Wir. As operações em Wir pagam impostos em francos suíços e isso agrada a todos. Se necessário, o Banco Mundial até aceita a sigla \$W. De nossa parte, depende vermos – ou não – lições inspiradoras nesses exemplos de mais de 75 anos de duração.

Recentemente, publicamos no Relatório do Clube de Roma um artigo que tem como título “Dinheiro e sustentabilidade: o elo perdido”² no qual analisamos cinco consequências do atual sistema monetário que nos parecem absolutamente relevantes:

1. Ele causa permanentes expansões e contrações na economia, numa dinâmica insustentável para qualquer modelo de desenvolvimento que pretenda sustentabilidade;
2. Mantém-se dentro do pensamento de curto prazo e graças a ele, o que impede pensar o impacto das políticas públicas tanto sobre os setores menos favorecidos da população, quanto sobre o ambiente;
3. Pressupõe a possibilidade de crescimento infinito da economia, cuja inviabilidade é facilmente demonstrável;

1 Stodder, James. (2009). Complementary Credit Networks and Macro-economic Stability: Switzerland's *Wirtschafting Journal of Economic Behavior & Organization*, 72, October, 2009, p. 79–95.

2 Letzer, B., Arnspurger, C., Goerner, S and Brunnhuber, S. (2012). *Money & Sustainability: the Missing Link* London: Tarchy Press.

4. Concentra a riqueza em bolsões crescentes e praticamente irreversíveis, o que tem mostrado sua paradoxal resiliência, mesmo depois da crise de 2008-9;
5. Destrói o capital social acumulado pelo funcionamento dos pequenos mercados locais e impede sua reconstrução quando tende a homogeneizar os mercados em função de critérios de custo-benefício em lugar da preservação da biodiversidade cultural.

Esse último aspecto explica, em parte, uma curiosidade do sistema de reconhecimento social de nosso tempo quando, em 2006, foi concedido a Muhammad Yunus¹ o Prêmio Nobel da Paz e não o da Economia. Para o pioneiro criador do microcrédito, que tirou milhões de famílias da miséria, é impossível alcançar a paz em condições de pobreza. Em 2011, Yunus renunciou à presidência do banco que leva seu nome por diferenças com o Banco Central de Bangladesh.

Fazemos essa observação para marcar uma diferença com a trajetória do Banco Palmas que soube construir talvez mais lentamente, mas destinado à permanência no tempo relações de co-responsabilidade com o governo e com o Estado. Outra diferença não menos importante é o fato de que os sistemas de microcrédito que se desenvolveram a partir dos anos 70 não mudaram o paradigma do sistema monetário: simplesmente criaram condições de acesso aos milhões de excluídos do sistema bancário, conservando as regras de devolução do capital e dos juros. Trata-se sem dúvida de uma iniciativa épica e inspiradora, que mostra até que ponto é possível mudar o sistema dentro do sistema.

É nesse sentido que o Banco Palmas representa uma inovação paradigmática quando inclui em suas estratégias iniciais de microcrédito em moeda oficial a criação de novos instrumentos de dinamização da economia local, como foram o Palma Card, as incubadoras de pequenos negócios e a moeda social circulante local, o Palmas. É importante assinalar aqui que é a moeda social (não o microcrédito) que representa a ruptura com o modelo vigente, quando permite aumentar a massa monetária circulante na medida da mobilização das forças sociais latentes.

Ainda em nossa compreensão, o segundo passo diferencial e relevante na trajetória do Banco Palmas foi o desafio de aproximação da política pública, que encontrou na Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, conduzida por Paul Singer, o contexto para escalar ter-

1 Yunus, Muhammad. (2008). *Um Mundo sem Pobreza: a Empresa Social e o Futuro do Capitalismo*. São Paulo: Ática.

ritorialmente suas iniciativas. Juntos, chegam hoje à centena de promissoras experiências que constroem capital social, isto é, devolvem ao dinheiro sua função perdida de construtor de relações sociais no território e não somente intermediador de circuitos comerciais.

Um terceiro aspecto não menos importante na evolução do que já podemos denominar *modelo Banco Palmas* é o diálogo mais áspero do que fluido primeiro, depois entusiasta e, finalmente, comprometido com o Banco Central do Brasil, fato inédito e auspicioso na história dos bancos centrais do Ocidente ao Oriente.

Não temos dúvida de que esses três aspectos serão fundamentais para o futuro do país e de outros países, de ambos os hemisférios, razão pela qual celebramos também essa oportunidade de encontro.

Resta a nós, então, nos referirmos ao que acreditamos que ainda possa ser feito, para que outras iniciativas floresçam na medida da urgência de nosso tempo, as quais não se limitem a atender somente a população de baixa renda, mesmo sendo legítimo partir dos setores mais necessitados.

Em nosso entender, é o conjunto das nações que necessita de um novo sistema operativo para colocá-lo em termos da cultura digital vigente. Há doze anos, quando publicamos *O futuro do dinheiro* e o subtítulo como criar nova riqueza, trabalho e um mundo mais sensato não sabíamos quanto pouco faltava para que algumas condições ali esboçadas se materializassem e pelssem a urgência e a responsabilidade que, então, víamos como um dos cenários possíveis. Os cenários hoje mudaram. As crises também. Precisamos e podemos construir um novo sistema operativo social.

2. Moedas são (quase) todas complementares: algumas aproximações relevantes

Segundo um estudo feito por Jerome Blanc¹, moedas complementares à moeda nacional são mais a regra que a exceção. Esse autor resgata no período de 1988-96, especialmente rico em crises monetárias, 465 exemplos de práticas monetárias paralelas em mais de 120 países. Apesar disso, elas nem sempre são reconhecidas como tais, com consequências importantes para a aceitação do senso comum de que dinheiro é algo intocável, exceto por

governos e bancos. Algumas das moedas complementares mais comuns são os vale-transporte, vale-refeição, milhas aéreas acumuladas, as quais podem ser usadas em diferentes empresas, bônus de desconto etc. Estas práticas são de iniciativa empresarial e tem como finalidade enfrentar a iliquidez do mercado e domesticar clientelas para certo grupo de empresas. Existem também iniciativas do poder público, como o caso dos bônus estaduais na Argentina, que chegaram a 19 moedas paralelas à moeda nacional (peso argentino complementado pelo dólar americano) na década de 90, durante a estratégia conhecida como ajuste estrutural.

O Brasil teve pelo menos quatro casos de instrumentos monetários promovidos pelo poder público e pouco conhecidos na academia e na política: brizoletas, glenetas, vale-transporte e o campino real¹. As brizoletas financiaram a construção de escolas públicas no Rio Grande do Sul, na década de 60. Trinta anos mais tarde, as glenetas foram utilizadas para pagamento dos funcionários públicos de Santana do Livramento, permitindo um alívio temporário da situação econômica. Nos anos 70, o vale-transporte de Curitiba foi instrumentado pelo prefeito Jaime Lerner, a partir da coleta seletiva de lixo. Nos anos 90, a cidade de Campina do Monte Alegre teve sua moeda local, o campino real, que durou apenas a gestão de seu primeiro prefeito, mas que estaria próxima a voltar à cena política.

Se quisermos agora nos referir às iniciativas de baixo para cima, àquelas que nascem na sociedade civil e pressionam a política pública e o mercado, é em agosto de 1998 que nasce em São Paulo, a primeira moeda social do Brasil. Um clube de trocas é criado por inspiração do modelo argentino de dinheiro dos prossumidores; isto é, um grupo de pessoas criou uma moeda complementar sem interferência de empresas, bancos ou governos, com a condição de que fossem usadas em circuitos fechados. Sua moeda social foi denominada *bônus* e ainda existe.

Na Argentina, tratou-se de uma iniciativa que nasceu na classe média, com a lógica do prossumidor: pessoa que é produtora e consumidora num círculo fechado, onde a moeda é usada para o comércio e não para a acumulação. Simples estratégia de enfrentar o desemprego crescente. Era uma moeda sem banco, sem juros e sujeita às regras ditadas pelo grupo. A crise possibilitou que o sistema se expandisse em grandes redes organizadas e chegasse a cerca

1. Blanc, J. (1998) *Las monedas paralelas: evaluación y teorías del fenómeno*. Disponível em http://www.socioeco.org/bd/f/_docs/doc-125_es.pdf

1. Lietaer, B. (2013). *Op. cit.*

de 2 milhões de famílias. Mas durou pouco, possivelmente em razão da dificuldade de gestão de grandes sistemas em tempos em que a internet ainda não permitia o controle centralizado e a transparência das contas. Foi objeto de cinco projetos de lei no Congresso Nacional, mas o sistema implodiu com a crise de 2001. Talvez um de seus méritos tenha sido inspirar o sistema brasileiro de moedas sociais, que começou com pequenos grupos, clubes de troca ou mercados solidários e evoluiu a bancos comunitários e circuitos culturais muito diversificados. Assim, de baixo para cima, em menos de uma década, o Brasil conquistou duas secretarias nacionais de Estado: a de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego e a de Economia Criativa, no Ministério da Cultura.

A moeda Palmas, que substituiu o efêmero Palmares, representou a alavanca que deu origem ao primeiro banco comunitário, assentado no forte capital social de uma associação de moradores com duas décadas de lutas em seu patrimônio histórico. Ela nasceu em 2002, durante o desenvolvimento do projeto Fomento¹, financiada pela organização holandesa STRO, de corte notadamente ecologista e especialista no desenvolvimento de sistemas monetários alternativos, em parceria com a RedLASES (www.redlases.org.ar).

Em nosso entender, para que a dimensão histórica da moeda social circulante local Palmas seja adequadamente ponderada, parece-nos relevante considerar:

- a luta permanente da organização de base e de seus líderes, que souberam enfrentar com criatividade e tenacidade as resistências do sistema, promovendo a participação da população e alcançando acordos com várias empresas para utilização crescente da moeda no território;
- o apoio da SENAES, conduzida por Paulo Singer, que teve a responsabilidade de incluir os clubes de troca com moeda social como empreendimentos da Economia Solidária;
- o apoio decisivo do Banco Central, além de outras instituições como o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, SEBRAE e várias organizações internacionais que contribuíram para a difusão e manutenção dessa iniciativa pioneira.

Uma vez considerada a complexidade do processo evolutivo dos bancos comunitários e da existência de outras formas de moedas sociais, parece-nos importante

¹ Projeto Fomento. Disponível em www.stro.org.

assinalar que no Brasil não houve uma apropriação das moedas sociais pela classe média até a aparição do movimento conhecido como *Circuito Fora do Eixo*, cuja expansão poderia produzir sinergia com outros atores sociais como parece estar acontecendo. O envolvimento de jovens e empresas é auspicioso. A existência de iniciativas populares nas quais a cultura tem seu lugar, como é o caso da Agência Solano Trindade, em Campo Limpo (São Paulo, SP) onde existe também um banco comunitário, o banco União Sampaio, pode ser indicadora de uma nova corrente de apropriação conceitual e instrumental.

Esse dado não é menor porque se aceitamos que a crise é global e que se necessita de uma mudança de paradigma, devemos incorporar à análise como a que aqui se está gestando, a participação de outros atores sociais, em outras regiões do mundo. Trata-se de pensar como legitimar, em curto prazo, um novo sistema monetário que permita novos pactos sociais de inclusão em toda a extensão do conjunto de sociedades.

3. Como interpretar o que está acontecendo para construir o futuro a partir de hoje

Como afirmamos no artigo escrito para o Relatório do Clube de Roma antes mencionado, há abundante evidência histórica de que dinheiro e sustentabilidade estão intimamente relacionados.

Mas, infelizmente, essa visão não é assim percebida por aqueles que estão a favor da desconcentração da riqueza e mesmo daqueles que militam quotidianamente pela sustentabilidade da espécie humana no planeta.

Em geral, as preocupações com a mudança climática, com a degradação ambiental, com o esgotamento da água e dos alimentos, com o crescimento populacional e com o uso abusivo das energias não são acompanhadas por idênticas preocupações com o sistema monetário, nem por soluções que poderiam promover formas de dinheiro abundante que levariam à sustentabilidade em um horizonte de curto prazo, exatamente onde o problema da escassez de dinheiro é visto como crítico.

Ainda que pareça uma obviedade, devemos lembrar que o dinheiro é uma criação social e como tal pode ser mudado se não está cumprindo seu papel de facilitador dos intercâmbios. Mais que um esquecimento – grave, por certo – existe uma profunda e surpreendente cegueira cognitiva em relação a esse *elo perdido*, que une os dois polos da construção social dinâmica e da sustentabilidade como destino.

Nossa compreensão é que o dinheiro aí se encontra, nesse elo que esteve perdido, mas que vem emergindo em múltiplas iniciativas que negam o sistema vigente. Não nos referimos somente àquelas iniciativas que mudam o próprio sentido do dinheiro, mas também as mais variadas iniciativas com visão integradora, que devem ser vistas como complemento essencial se queremos ir mais longe que paliar localmente nossas situações de crises; se queremos realmente construir um novo sistema operativo social, que não seja uma utopia, mas um destino próximo a alcançar: vida digna para todos os habitantes do planeta em harmonia com a natureza.

Os exemplos são numerosos: ecovilas, comunidades em transição, circuitos culturais independentes como o *Fora do Eixo* que está no Brasil e em outros países da região e fora dela. Ecovilas com moedas próprias existem há mais de 40 anos: Damanhur, no norte da Itália, é um exemplo onde o crédito é uma bela moeda acumulada como moeda forte e usada em vez do euro, na paridade 1 a 1. Além disso, atualmente, também está em uso uma moeda em unidade de tempo, que explica o bem-estar econômico da comunidade¹.

Mas para irmos além de exemplos circunscritos territorialmente, que podem parecer pouco significativos para nossas pretensões, devemos reconhecer que, no meio das crises, há também boas novas. E elas são que a revolução da informação e das comunicações que estamos vivendo empurra exatamente no sentido necessário. Processos de democratização os mais diversos têm sido apoiados, quando não provocados e organizados, pelas redes sociais.

Nosso mundo está enfrentando enormes desafios de uma dupla crise de sustentabilidade. Por um lado, temos a mudança climática, o aumento das emissões gasosas e as oscilações nos preços de alimentos e energia assinalando que nosso modo de produzir e consumir bens e serviços tornou-se definitivamente insustentável.

Por outro, a repetição quase monótona de crises financeiras, com repercussão na política de nações ou grandes grupos de nações, indica que o sistema monetário vigente está passando por sérios problemas. Os esforços feitos para salvá-lo depois do *crash* bancário de 2007-2008 foram seguidos de infuúteras tentativas para conter as quebras econômicas com estímulos keynesianos, que terminaram incrementando significativamente as dívidas dos governos salvadores.

A actual crise da dívida de alguns países da União Europeia é uma crise política, mas é também a crise do euro, de forma que vemos hoje tanto a União Europeia como os Estados Unidos sendo arrastados a extremos financeiros. Aposentadorias, benefícios de emprego e outras redes sociais de contençaão, assim como também as chamadas economias pós-carbono estão em estado vegetativo no momento em que mais se necessita delas. Ao mesmo tempo, cada vez mais bens públicos estão em vias de privatização.

Por isso, retomando as propostas que fizemos no recente artigo escrito para o Relatório do Clube de Roma já mencionado, para pensar a construção desse novo sistema operativo social, no qual o sistema monetário pode ser desdobrado criativamente, parece-nos oportuno nos referirmos a nove estratégias com distintas motivações, que se encontram em diferentes graus de instrumentação. É importante indicar que elas podem ser adotadas em paralelo ao sistema monetário convencional, usar meios eletrônicos de transação e, como condição de êxito, devem ser o mais transparente possível aos usuários, para reduzir as fraudes potenciais.

A seguir, faremos um breve enunciado desses sistemas em ordem de complexidade crescente. Os cinco primeiros podem ser lançados por ONGs ou empresas. São eles:

Dorland: trata-se de um sistema proposto para a Lituânia, com o propósito de criar um "País que aprende", no qual um(a) voluntário(a) que aprende ou ensina é retribuído em "Doras", uma moeda cujo propósito é ajudar as pessoas a realizar seus sonhos. Facilmente instrumentados por ONGs ou OSCIPs;

Fichas de Bem-Estar: uma organização da comunidade trabalha em cooperação com provedores de prevenção da saúde para tratar as situações antes que ocorram; essas fichas servem para premiar e encorajar condutas saudáveis, fomentando o cuidado com o próprio corpo e reduzindo os custos de longo prazo para a sociedade;

Poupança Natureza: são produtos de poupança totalmente respaldados em árvores preexistentes. Essa moeda teria uma proteção à inflação, superior a qualquer moeda nacional, ao mesmo tempo que promoveria o reflorestamento e criaria depósitos de carbono a longo prazo. Outra vantagem, é que funciona bem para pequenas poupanças;

C3: é um sistema conhecido como Circuito de Crédito e Consumo ou (B2B) (Business-to-Business) que promove a redução do desemprego criando

1 Ver www.damanhur.org

capital de trabalho para pequenas e médias empresas. O “clearing” da rede de empresas pode ser totalmente respaldado por faturas de qualidade, passíveis de ser reembolsadas em dinheiro quando necessário. Os seguros e os bancos são parte ativa do sistema, que funciona com êxito no Brasil e no Uruguai;

Moeda de Referência Comercial (TRC:Trade Reference Currency): é o equivalente a nível global que poderia ser utilizado em empresas multinacionais, resolvendo o conflito entre prioridades de financiamento de curto prazo e necessidades sociais e ambientais de longo prazo. Seria uma moeda global respaldada por uma cesta de commodities e serviços relevantes para a economia global e distinta de qualquer outra moeda nacional, reduzindo o risco de tensões geopolíticas nas zonas monetárias de influência.

Os quatro próximos exemplos de sistemas de inovação monetária são de iniciativa governamental, podendo ser aplicados em cidades, estados ou mesmo países. São eles:

Torres: é uma iniciativa municipal destinada a promover a ação do voluntariado, ao mesmo tempo que motiva comportamentos pró-ecologistas e de coesão social em setores de baixos recursos. Está em funcionamento desde 2012, na cidade de Gant, na Bélgica;

Biwa Kibbu: é uma proposta da prefeitura da cidade de Biwa, no Japão, destinada a financiar a restauração ecológica e manutenção do Lago Biwa, o maior e mais antigo lago do país. Está em discussão seu caráter voluntário ou obrigatório para os moradores da área;

Civics: é uma proposta de fortalecimento de uma cidade ou região para financiar atividades cívicas sem pesar em seus orçamentos. Tais atividades podem gerar trabalho em projetos de cunho educacional, ecológico ou social, podendo ser discutida sua (democrática) aprovação compulsória;

ECOs: Trata-se de uma proposta para países ou para um conjunto deles, que visa financiar projetos ecológicos de longo prazo relacionados à mudança climática. Poderia ser uma moeda sem juros bancários emitida pelos governos, que demandaria às empresas o pagamento compulsório de contribuições proporcionais a suas vendas, somente em moedas ECOs.

Pensar o conjunto dessas estratégias como complementares nos permite também adequar cada território/comunidade/cultura por onde começar. Cada um(a) deveria poder escolher qual seria o seu caminho e avançar a partir da

demonstração de seus resultados. Por isso, são importantes as novas tecnologias da informação e da comunicação: devemos necessariamente estar em rede, aprender de quem já está fazendo e apoiar os que querem começar, sem pontos fixos de chegada, nem receitas certas.

Como numa floresta que sobrevive a uma catástrofe, algumas funcionarão, outras não. O mais importante é que acreditemos na necessidade e na possibilidade de construir esse novo ecossistema monetário, com o critério da fábrica mais bem sucedida de todos os tempos: a própria natureza, que indica o caminho da biodiversidade. Por que não provar a biodiversidade monetária? Por que não fazer dela nosso projeto e nossa responsabilidade?

Se queremos realmente construir esse novo sistema operativo social, devemos todos - governos, empresas, comunidades organizadas ou efêmeras, universidades e provavelmente novos emergentes atores sociais - buscar e construir o futuro para as novas gerações. As condições estão dadas e os exemplos estão à vista.

Daí o nosso otimismo.